

Formação do Campo Ideológico no Processo de Satanização do Xangô durante a Oligarquia dos Malta, Maceió/Alagoas, 1901-1912

Antônio Daniel Marinho Ribeiro*

RESUMO: O Evento do Quebra de 1912, foi caracterizado como um momento quando opositores políticos do então governador do Estado, Euclides Malta, denunciando a estreita ligação dele com algumas casas de Xangô da capital promoveram um dos ataques mais violentos contra a liberdade de culto neste Estado. Uma das razões ideológicas essenciais que explicam esse momento particular da História de Alagoas é que foi respaldada a idéia de que a religiosidade negra estava ligada à criminalidade e ao satanismo, quando não, tais práticas estavam associadas inteiramente à bruxaria voltada ao sucesso do Sr^o. Euclides Malta. Portanto, o caráter ideológico deste episódio acabou desviando um provável caminho de abertura religiosa, abrindo então espaço a constituição de uma cultura da perseguição, centrada na satanização dos cultos a Xangô.

1. INTRODUÇÃO

A perspectiva do trabalho proposto é a de se evidenciar, de forma apropriada, a conjuntura que desembocou na série de acontecimentos que ficou conhecida como “O Quebra de 1912”. As interpretações sobre os acontecimentos até então colocadas nas literaturas referenciais sobre o tema possibilitam que sejam evidenciadas as conexões econômicas e políticas deste processo. É nesse sentido que se estrutura a nossa proposta. Através de uma análise a respeito dessas questões conjunturais (tanto econômicas quanto políticas, etc.) pretendemos observar como se constituiu o discurso ideológico, ou o fio discursivo que fundamentava a perseguição até então imposta sobre os grupos de religiosidade de Matriz Africana em Maceió durante os primeiros anos do século XX. Essa discursividade, em determinados momentos, tomou o status de co-determinância com as esferas do político e do econômico¹. E através daí, consideramos que seja fundamental observar que essa Ideologia, centrada no discurso de que os terreiros de Xangô estariam ligados às práticas de Bruxaria, não é totalmente autônoma, nem muito menos responde à totalidade do real naquele momento. Disso temos consciência.

É necessário realizar um diagnóstico, pelo menos prévio, da sociedade maceioense, em seus mais variados contextos, para que então possamos interpretar as falas dos grupos que acusavam os cultos de Xangô de realizarem práticas de Satanismo. Escolhemos esse caminho por dois motivos essenciais: 1. Cremos que seja válida a interpretação do Campo Ideológico deste evento, já que ele é sobremaneira sobressalente em momentos decisivos daquela realidade. Guardando a ressalva de não se produzir um isolamento desse Campo Ideológico, no processo de argumentação. 2. Até então, não conseguimos encontrar uma bibliografia que tenha se especificado totalmente na argumentação do discurso ideológico dos grupos que realizavam as acusações de Bruxaria infringidas ao Xangô. Em consequência

dessa afirmação anterior é que nosso material de trabalho empírico, afora as referências bibliográficas essenciais, são basicamente as notas jornalísticas do periódico oposicionista “Jornal de Alagoas” que produziu, em série, críticas ferinas à constituição da Oligarquia de Euclides Malta e sua vinculação com as casas de culto a Xangô. Sabemos das ressalvas que devem ser feitas às notas jornalísticas, entretanto, essa não é a nossa maior preocupação. O importante, para transcorrer nosso argumento, será perceber as conexões que foram realizadas entre o discurso panfletário desse periódico e as práticas de exorcismo da alteridade religiosa. Ou, os momentos em que se colocou o papel dessas discursividades no contexto total das práticas desses grupos de oposição à Oligarquia Malta. E, os momentos em que essas falas tiveram funcionalidade e obtiveram êxito juntamente com a população em geral e com os grupos específicos que efetivaram a violência contra os terreiros.

2. DESENVOLVIMENTO

É necessário contextualizar historicamente a cidade de Maceió no período aludido (início do século XX). Até então, no fim do regime colonial, por exemplo, Maceió já era uma cidade afastada de suas antigas características – ou seja, apenas a de um pequeno povoado em volta de um engenho bangüê que não funcionava muito bem. Desde então, por causa da valorização de sua posição estratégica para ancoradouros, a mesma tomara um aspecto extremamente comercial².

Primeiramente, trata-se de uma cidade portuária, onde grande parte da cotidianidade girava em torno do funcionamento desta estalagem, assim como das pequenas quinzilas próprias de um povoamento que ainda não passara por todo o seu processo de modernização. Cremos que este seja o problema singular com o qual a cidade se defrontava naquele instante. Sua malha urbana, se é que podemos considerar tal termo, era deveras insalubre, rarefeita e ainda bastante ruralizada. Prova disso é que constatamos, com as pesquisas documentais, a confirmação do número sempre perene de sítios e pequenas propriedades que, não só rodeavam a cidade, como também faziam parte dela. No momento específico a que nos referimos, ou seja, às primeiras décadas do século XX, Maceió era uma cidade que oscilava entre o provincianismo próprio dos povoados pequenos e uma cidade que passava por reformas e melhoramentos em sua estrutura física. Tivemos a curiosidade de observar, através das Falas Provinciais do Estado de Alagoas, algumas dessas reformas e melhoramentos que Maceió sofrera no início do século XX. Por curiosidade, 1911 parece ser o ano em que mais ocorreram obras públicas que promoveriam essa re-urbanização³. E para completar, já se anunciavam hábitos da população que comungavam com as ditas modernidades, já tornadas corriqueiras na maioria das cidades brasileiras. Curiosidades à parte, recortamos um anúncio que comprova a presença desses hábitos pelo maceioense do início do século XX.

“CINEMAS – HELVETICA – Haverá hoje a exibição de novas fitas cinematográficas”.

“DELICIA – Realiza-se as 5 horas da tarde magnífica matinée A’ noite haverá duas secções uma as 6 ½ e outra as 7 ½.” (A Tribuna, Maceió, 22 de Dezembro de 1911).

Outra questão importante, para contextualizar a realidade de Maceió no período aludido é a crise econômica por qual passava o Estado. O desmantelamento da estrutura dos

engenhos bangüês, a transição da mão de obra escrava para a condição de livre, assim como a má adaptação desses antigos engenhos para se transformarem em usinas, afóra as seqüentes desvalorizações do açúcar no mercado internacional geraram um estado quase terminal da estrutura econômica em Alagoas⁴. A fala sobre a crise era a tônica tanto dos grupos governistas, filiados ao Governador Euclides Malta representando o Partido Republicano de Alagoas, quanto dos grupos oposicionistas liderados pelo Barão de Traipú (sogro de Euclides), o Coronel Clodoaldo da Fonseca e o Sr. Fernandes Lima que representavam o Partido Republicano do Estado (Rafael, 2004, pp. 73 e 74). De um lado, o governo exprimia a fala de que a crise não possuía solução, até então por causa da conjuntura federal desfavorável. E de outro lado, o discurso oposicionista (nosso objeto mais específico), mesclava falas a respeito de denúncias de corrupção e inércia no governo, e também em suas práticas discursivas realizando a associação ideológica entre os termos: Crise - Euclides Malta – Xangô. Nas falas, que estamos pretendendo analisar, o fio do discurso é resultante dessa tríade.

Contudo, para a matéria específica proposta em nosso trabalho, apenas esses dados, geográficos e econômicos, não são suficientes para atestar que Maceió não estaria preparada para adentrar na Modernidade. Para tal empreitada seriam necessárias as locuções de motivos, de estruturas que comungaram e co-constituíram a realidade da Modernidade Maceioense com esses elementos materiais, como colocamos acima.

Modernizar requeria uma grande transformação nos hábitos e nas formas de se encarar a realidade, questão que estava clara que, até para a sua estrutura física parecia impossível naquele momento. Em se tratando desse tema – Modernidade -, consideramos que esse possuía, nas primeiras décadas do século XX, não só para a sociedade alagoana, mas para as de todo o Brasil, uma analogia óbvia com outro conceito – o de Identidade Nacional. Isso porque consideramos que o processo de formação da Identidade Nacional se configurou como o conceito fundante dessa nova realidade que se tentava impor como “Moderna” (as aspas são nossas). Um exemplo disso seria a construção historiográfica e sociológica que foi feita do povo brasileiro. Sabe-se que a significação da nossa identidade nacional representava um enorme problema epistemológico durante todo o século XIX e início do XX. Como construir ideologicamente a idéia de Nação, numa perspectiva positivista como era a do período em questão, e em se tratando de um país composto como um mosaico cultural, como era o Brasil na época, e orientado na direção de uma uniformização racial refletida no modelo das nações européias? Obviamente que dentro dessa construção, um dos elementos mais inoportunos era o negro e sua religiosidade.

Exemplo prático disso é a obra do Barão de Porto Seguro – Varnhagen, que em sua “História Geral do Brasil” justifica a escravidão como princípio permitido pela Igreja, e que entre outras, admite a contribuição braçal do negro na construção da riqueza nacional, mas acaba sendo enfático em radicalizar que um pré-requisito da evolução sócio-cultural do Brasil enquanto nação é a necessidade de “... que as cores de tal forma se combinem que venham a desaparecer totalmente no nosso povo os característicos de origem africana...”. Isso, porém, não é tudo, tal corrente de afirmação da nossa Identidade Nacional conclamava aos sete ventos que a única saída para os negros era a aceitação dos instrumentos civilizadores europeus para que assim eles pudessem se tornar indivíduos mais educados, civilizados, modernos. Se não fosse dessa forma, o Brasil correria um grande risco: terminaria por incorporar hábitos selvagens, animistas, sem decoro ou pudor, como os africanos⁵. Sabemos

que, até então, essa justificativa associava-se à questão da cor. Contudo, em nosso argumento, não conseguimos dissociar essa questão de tantas outras correspondentes à origem africana, portanto incluímos aí a religiosidade. Nossa proposta é a de verificar em que momentos específicos referentes aos “Quebras”, a construção da marginalização cultural é refletida e alcança o aspecto religioso. Negros que cultuavam elementos de encantamentos, ditos como animistas, sofreram repetidas vezes e de variadas formas, uma perseguição que freqüentemente era externada de forma física, mas que, em sua maioria, era ideológica.

Mesmo que possa parecer um tanto quanto redundante, ou até mesmo sem propósito para leitores de um Marxismo Ortodoxo, a nossa perspectiva a respeito do avanço do conceito de Civilidade e de Modernidade, nesse estudo empírico especificado, possuiu fatores que consideramos co-determinantes à formulação desse conceito – Modernidade dos hábitos e Secularização das crenças⁶. Um desses fatores, objeto próprio desse pequeno estudo, é justamente como ocorreu a articulação de um discurso imediatista, extremamente funcional naquele momento, que teve na religiosidade e no discurso político seus pontos basilares e que resultariam em práticas efetivas de exorcismo e discriminação de um segmento – o de matriz africana –, que, até então, passava por um processo de convivência, que já era dificilmente permitida, por conveniência, pelas instâncias informais do aparelho burocrático estatal.

Dentro desse conceito é que foi imposta uma dinâmica de crescimento urbano da cidade de Maceió onde a primeira década do século XX é parte significativa desse processo. Vários fatores contribuem para isso. Inicialmente, observamos que o grande fluxo populacional emergia das lavouras de cana-de-açúcar para a capital, o que fez com que a cidade literalmente “inchasse” em menos de dez anos. Claro que os problemas avolumaram-se e as obras de infra-estrutura faziam-se necessárias. O crescimento da cidade de Maceió obedecia ao sentido do distanciamento das classes. Ao tempo em que as classes mais abastadas monopolizavam o aspecto residencial do centro da cidade, as classes menos favorecidas estavam sempre à margem desse centro. Esse processo acentuou profundamente a hierarquização, não só social, mas espacial de Maceió. Contudo, dois fatores serão sobremaneira importantes para as especificidades dos nossos estudos. Primeiro, a constituição da Oligarquia dos irmãos Malta – Euclides e Joaquim Paulo. E segundo, a não clara ascensão das religiosidades africanas dentro da dinâmica social de Alagoas e Maceió nesse período.

Inicialmente, acreditamos que um dos motivos que tentam explicar essa ascensão dos cultos a Xangô em Alagoas é que o pragmatismo religioso do Cristianismo e toda a sua burocracia litúrgica não davam espaço para o curandeirismo e a mágica cotidiana de resolução prática, próprios dos cultos de Matriz Africana. Isso influenciou a associação dessas práticas lançadas mão pelos mais variados setores da sociedade de Alagoas. Resumindo, pode estar aí uma explicação pseudo-ideológica da imensa procura ao Candomblé por essas pessoas, incluindo representantes da alta hierarquia política do Estado, como o próprio governador Euclides Malta.

O período anterior ao movimento de violência efetiva contra a ligação entre o Governador do Estado e o terreiro de Tia Marcelina se mostrava muito propício para a realização e liberação dos cultos africanos⁷. A primeira justificativa para isso é dada quando tratamos do processo sincrético, que, até certo ponto, se configurou como elemento que fermentou esse processo de “aceitação” das religiosidades africanas (as aspas são nossas). Nossa justificativa real e mais específica, nesse sentido, vem desde o processo de Secularização do Estado Nacional com o advento da República. Processo esse até muito

próprio da constituição da Modernidade na maioria dos países americanos – a separação formal entre Estado e Igreja. Ora, no momento em que a liberdade de culto é instituída, passam a não existir mais instrumentos oficiais de perseguição da Igreja Católica, amparada no aparelho estatal, para coibir a ascensão de outras religiosidades e garantir o seu espaço de poder. A única arma, a partir de então, passou a ser o seu próprio discurso oficial, que nesse momento possuía um caráter diferente em sua disseminação entre a população como um todo. Por isso, acreditamos que não só no Catolicismo como também em outras formas de religiosidades, principalmente cristãs, o discurso oficial dos catecismos e dos dogmas normalmente é reinterpretado pelas conjunturas da vida cotidiana. Nesse sentido, podemos falar, de um lado, em um Catolicismo oficial impregnado de uma tradição que se mantém através de imposições de suas lideranças, e, do outro, de um Catolicismo popular que se enraizava cada vez mais nas práticas particulares das comunidades em que se distribuía⁸.

O que queremos dizer é que agora – ou naquele momento –, sem o aparato das instâncias seculares, o Catolicismo necessitou traçar o mínimo diálogo entre as instâncias do oficial e do popular. Se o sincretismo foi um movimento amplamente discutido por antropólogos, historiadores e sociólogos, nesse momento ele deveria ser amplamente discutido dentro das próprias ordens eclesiais. O resultado disso? Uma aceitação estratégica de alguns elementos dessa cultura popular, que até então estava impregnada do imaginário do Candomblé. A questão era permitir a religiosidade popular, até certa fronteira em que essa não ferisse elementos primordiais da doutrina oficial. Digamos então que se tratava de uma tarefa quase impossível.

Tal aceitação produziu uma inegável ascensão dos cultos a Xangô (como já dissemos), que concomitantemente a isso, ainda sofriam as penalidades de representar uma cultura própria de escravos. Era o contraponto dessa Modernidade tardia e forçada de que tratamos anteriormente. Ou seja, até determinados limites, os efeitos práticos da Bruxaria eram aceitos, – o próprio sucesso político, o declínio dos desafetos, etc. Contudo, representando a mais fidedigna característica da Modernidade, ainda prevaleciam elementos de uma cultura contra-reformista inquisitorial que pretendia, e conseguiu exorcizar a alteridade africana. Um texto que exprime implicitamente (por se tratar de uma abordagem quase descritiva) o discurso da relação entre a magia prática e as instâncias do poder é “Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande”, de Evans- Pritchard.

Os métodos da magia, dos oráculos e das bruxarias compreendem muito mais do que gestos irracionais ditos como próprios dos Fenômenos Numinosos por alguns desavisados. Para ele, a Bruxaria estrutura-se como um modo de vida. Assim, o termo Bruxaria é utilizado pelo autor para significar elementos próprios da cultura Azande, mas que pode se generalizar para as atitudes de outras religiosidades também, como é utilizado em nosso estudo. Ou seja, quando um determinado indivíduo encarna o papel e o modo de vida da figura que, através de forças ocultas intervém em determinada realidade, ele passa a ter que arcar com a contradição de, em certos momentos, ser recomendado para os seus serviços e, por isso, ganhar prestígio, e em outros, ser perseguido justamente por causa dos efeitos de suas práticas.

A conexão feita por Evans-Pritchard nos é compartilhada, no sentido em que não se comenta, nem ao menos se cogita a possibilidade da veracidade ou não da Bruxaria, mas é importante notar que, por meio dela, se concretizam várias atitudes. Ou seja, o importante é a sua funcionalidade social. No momento em que os indivíduos passam a acreditar nela, passam também a elaborar um arsenal de atitudes de defesa contra a mesma. Tais procedimentos

estão indissociavelmente ligados nas teias do social, ou seja, estão materializados, mesmo que a existência, enquanto tal, da Bruxaria, nos seja irrelevante.

É necessária a existência de uma intervenção própria às práticas da bruxaria, fazendo com que esta represente algo que também esteja sob o jugo do “mecanismo social” de controle (as aspas são nossas). Esse tipo de coerção é generalizado em todas as religiosidades, onde forças ocultas produzem uma má relação com as pessoas e com a ordem cosmológica. A alteridade deve estar sempre bem definida – o bruxo... E está aí uma das tarefas dos oráculos segundo Evans-Pritchard: garantir a identificação da origem dos males que afetam aquela comunidade. No caso maceioense, era importante se referir sempre às forças ocultas do Xangô, para que ficasse claro qual seria a alteridade que deveria ser exorcizada. Este era o ponto fundamental para que as relações, antes indecifráveis, se tornassem palpáveis para a efetivação da justiça. Como o exorcismo da alteridade é fundamental nas práticas religiosas, a figuração do mal é indissociável. Ou seja, ele sempre existirá, ou como Evans-Pritchard fundamenta: “Há sempre bruxaria por aí, é impossível erradicá-la da vida” (Pritchard, 2005, p. 64).

Para termos idéia desse tipo de aceitação que vinham sofrendo os cultos não-católicos em Maceió, na primeira década do século XX, recortamos uma propaganda do periódico “A Tribuna”, de 7 de Julho de 1911, que era o principal veículo governista da época. Trata-se do “Circulo Esotérico da Comunhão do Pensamento”, e cremos que alguns pontos são importantes o suficiente para ressaltarmos aqui:

“CIRCULO ESOTERICO DA COMUNHÃO DO PENSAMENTO – O circulo esotérico “I.H.V. H” com sede no Rio de Janeiro é um circulo de comunhão de pensamentos dos seus associados e tem por fim”:

- a) Promover o estudos das forças occultas da natureza e do homem;
- b) Promover o despertar das forças creativas latentes no pensamento de cada associado, de accordo com a lei das vibrações invisíveis;
- c) Fazer que essas energias convirjam no sentido de assegurar o bem estar phisico, moral e social dos seus membros, mantendo-lhes a saude do corpo e do espírito;
- d) Concorrer na medida das suas forças para que a Harmonia, o Amor, a Verdade, a Justiça se effectivem mais entre os homens;

Os sócios pagarão de jóia 5\$000, inscripção 2\$000, de inscripção 3\$000 annualidade 5\$000, diploma 5\$000, total 20\$000.” (A Tribuna, 7 de Julho de 1911).

Um das questões primordiais é que essa propaganda, representada em parte na nossa descrição, não foi apenas uma eventualidade, ou algo que viesse apenas em algumas edições do jornal “A Tribuna”, muito pelo contrário. Tivemos a curiosidade de folhear as encadernações em que estavam organizados os exemplares do ano de 1911, e literalmente todas possuíam a mensagem do “Circulo Esotérico da Comunhão do Pensamento”. Cremos que, até então, não podemos afirmar que existia uma ligação entre esse anúncio e as práticas de Xangô. Também não sabemos quais as ligações deste tipo de anúncio com a doutrina Espírita de Allan Kardek. Contudo, esse foi o exemplo mais cabal da inclinação do governo para outros tipos de práticas religiosas e/ou espiritualistas que não fossem as da Igreja Católica. Temos como: “Círculo Esotérico da Comunhão do Pensamento”, “estudos das forças

ocultas da natureza e do homem”, “despertar das forças criativas latentes” e “lei das vibrações invisíveis” eram contraditórios demais com o vocabulário católico da época, para que fossem bem vistos. Esses eram, ou poderiam ser, no mínimo, tolerados. E uma outra desconfiança que nos arremata é que, tal tipo de propaganda, era direcionado às pessoas que possuíam certo status dentro da sociedade alagoana. Primeiro as que sabiam ler, segundo as que compravam jornal e terceiro, principalmente as que podiam arcar com a bagatela de 20\$000 para participar do “Circulo Esotérico da Comunhão do Pensamento”.

Do outro lado da moeda, pela parte do processo de oposição à Oligarquia de Euclides Malta e de seu irmão, montava-se um verdadeiro aparelho para-estatal que nós consideramos uma das antecipações do Movimento Integralista no Brasil. Pode parecer até exagero, mas dentro desse processo de afirmação de uma identidade regional para Alagoas, a famosa “Liga dos Republicanos Combatentes **em Homenagem a Miguel Omena**”⁹ encaixava-se em todos os pré-requisitos de uma instituição para-militar que urgia por sentimentos como a ordem e principalmente a limpeza étnica. Em nota do “Jornal de Alagoas” de 13 de Fevereiro de 1912 podemos observar algumas características desse grupo. Inicialmente a associação se defende de calúnias as quais julga estar sofrendo, que são as de promoverem perseguições contra a liberdade de culto na cidade. Essa liberdade de culto eles garantem manter, principalmente por ela ser um direito garantido pela Constituição Federal. Eles estabelecem, a partir daí, uma moralidade indissolúvel que provém da respeitabilidade às leis que vigoram no país. Contudo, até mesmo na nota, é escrito que os responsáveis na vinculação de tais calúnias são “adeptos de Chango”. Uma estratégia discursiva perfeita para os seus objetivos, é o que julgamos. Mesmo cometendo atos ilícitos contra a liberdade de culto, infligindo dessa forma a Constituição, a Liga se colocava a favor desses princípios legais – denominando-se como o “lado do bem” (as aspas são nossas). Ao mesmo tempo, denunciavam as calúnias que estavam sofrendo por parte dos “adeptos de Chango” – agora, o “lado do mal” (as aspas também são nossas). O combate estava respaldado. O sentido da palavra combate é bem ratificado, mesmo que implicitamente, pois na nota não existe uma vez sequer a menção a este termo, já que, como anunciamos, estavam denominados por um lado como adeptos de Chango; tidos como bruxos e feiticeiros; e do outro, a Liga dos Republicanos, onde só existiam “homens dignos e amantes do Direito e da Liberdade...”. Em várias outras de suas ações, distribuíam folhetins, fechavam repartições públicas, vaiavam cidadãos e invadiam residências, e inclusive em momento posterior, invadindo o próprio Palácio dos Martírios, forçando a fuga de Euclides para o Recife (Rafael, 2004, p. 203).

A comprovação da legitimidade do discurso da Liga dos Republicanos se dava pela aceitação popular do grupo. Ainda na nota de 13 de Fevereiro de 1912 são ditas, de forma muito garbosa, a aceitação, comoção e disponibilidade em ajudar que os integrantes da associação, considerada como “carbonária” por Abelardo Duarte¹⁰, recebiam da população. “Em nossa sede temos recebido diversos objectos pertencentes à Bruxaria levados pela massa popular”. Nesse período, com a divulgação dessa nota, se efetivava o maior número de ocorrências de quebras de terreiros pela cidade. “A onda de populares que tem dissolvido mais de setenta ninhos de bruxaria...” (Jornal de Alagoas, 13 de Fevereiro de 1912). E a própria Liga também possuía um jornal onde era efetivada a campanha contra a Oligarquia Maltina e o Xangô – “O Combatente”.

Inclusive, uma das melhores formas encontradas, pela Liga dos Republicanos Combatentes para angariar a simpatia da população foi a de vincular suas idéias exorcistas às

festividades do Carnaval¹¹. Festa essa que começava a se emoldurar como um dos pontos culturais que mais marcavam a identidade popular em Maceió naquele período. A ligação entre o discurso exorcista da Liga e o Carnaval era eminentemente material, contudo não casual. Na sede da Liga funcionava o famoso Clube dos Morcegos (que juntamente com os “Ciscadores” e os “Filhos da Montanha” faziam os festejos da cidade), que era comandado pelo líder do grupo - Manoel Luis da Paz que reside na Rua do Sopapo, 311 na Levada. Um ex-combatente da Guerra de Canudos que, por essa ocasião, já tinha perdido uma perna. Aliás, sobre essa figura, cremos ser impossível não pensar na carga reacionária – própria do Republicanismo nascente do início do século XX, que ele carregava. Pois seria eminente não realizarmos a concatenação, que deveria se processar em sua individualidade, entre a máquina do progresso e da civilidade e a necessidade desta em devastar tudo aquilo que atrapalhasse o seu caminho. Inicialmente os sertanejos de Antônio Conselheiro e, posteriormente, naquele momento, a selvageria vinda do satanismo próprio do Xangô que empestava a cidade.

A folia seria uma das formas que propiciaria à população livrar-se de pestes muito comuns àquela época, os mosquitos e a bruxaria. As notas jornalísticas de propaganda do Carnaval são muito enfáticas:

“MASCARADA - Podeis rir Tamanduá. Ogum Taiô não vem cá. (...) Guerra, guerra de morte e extermínio a todos os... mosquitos e “Xangôs”,. deante da nota editalica do dr. Secretario.” (Jornal de Alagoas, 15 de Fevereiro de 1912).

No dia 17 de Fevereiro de 1912, uma outra nota, anunciando as festividades do “Clube dos Morcegos” e remetida ao redator do Jornal de Alagoas, pedia, ironicamente que o bloco “Tem de sahir nos três dias. O acima referido. Aqui lhe faço um pedido: Não se metta em Bruxarias.”. E mais:

“Deixai que assome a larga portaria. Das tendas do Prazer e da Folia. O club dos “Morcegos” diletantes.dos Lopes, dos Oguns e dos Barreiros. Da “troupe” numerosa dos brejeiros.não sugarão as lágrimas chourantes.”

Mesmo assim, transformando os festejos populares do Carnaval em propósito para a efetivação de um discurso contra as práticas religiosas do Xangô, as próprias entidades do Candomblé realizavam suas festividades análogas à festividade católico-profana. Na notícia dos festejos, dada pelo “Jornal de Alagoas”, conseguimos observar a presença maciça das associações a que nos referimos sempre. As festividades análogas à carnavalesca dos cultos africanos são consideradas como um batuque que atormentava sobremaneira a paz dos transeuntes. Interessante notar que, na linguagem jornalística, são enumerados termos estratégicos para transmitir, através do texto, a idéia de que aquelas manifestações se tratavam de um “infernai batuque” feito por um “endiabrado grupo” que possuíam “dansas [sic] macabras”. Consideramos que, nesse sentido os termos tomam a configuração de atitudes. Constituindo também a idéia de que as principais referências que normalmente são dadas nessas notícias são justamente as ligações entre o Sr. Euclides Malta e as práticas de Xangô e, em consequência disso, a ligação dessas práticas religiosas com as forças infundáveis do maligno. Os “próceres do fanatismo” colocados nas notícias do dia 20 de Fevereiro de 1912, são as “bugigangas dos santos” que remetiam a figuras como “Ogum Taiô, Tia (certamente a

Tia Marcelina morta no dia 2 daquele mês), Macuca e Leba.”. Essa última era a expressão de Exu feita naqueles cultos – Exu-Legba, que em muitos deles era a associação ao Diabo, como nos conta Bastide¹², e que, pó conta das propagandas anti-governistas era imediatamente direcionado à figura de Euclides Malta e à de seus correligionários (que eram apelidados especificamente dessa forma – “os Lebas”!). Inclusive com acusações de que, rituais próprios com estupro de garotas virgens seriam realizados em uma câmara secreta nos fundos do Palácio dos Martírios, em homenagem e em oferenda a Exu-Legba e outra divindade - Ali Baba (Rafael, 2004, p. 105).

Inclusive, uma das tiradas mais ácidas desta propaganda de satanização da figura do Sr. Euclides Malta, assim como dos cultos a Xangô, encontra-se exposta na única nota interessante do primeiro dia de Carnaval (do dia 20 de Fevereiro de 1912). Tratava-se da reclamação irônica de um rapaz travestido de “chorona inconsolável” que reclamava com os editores do “Jornal de Alagoas” que o famigerado “Ogum-Euclides-Taiô” teria roubado o seu marido. Nesse caso, o marido da dita cuja era o próprio rei-Momo, “a alegria do povo”. Como ponto final desse reclame, diz a nota: “-Console-se Moma, tenha paciência, elle um dia chorará também no inferno e seu marido pode voltar para o anno” (o grifo é nosso).

Em muitos momentos, na seção “REFLEXÕES” do “Jornal de Alagoas”, era realizada a associação entre o governo de Euclides e “a negra tirania de Xangô”. Como se a pureza sacralizada do poder secular, que em muitas oportunidades sempre esteve ligada ao poder regular (é importante lembrar que o Bispado de Alagoas não só foi montado durante o Governo de Euclides Malta, como também recebeu muitos donativos do governo para se manter inicialmente), agora estivesse rompida por poderes satânicos próprios do culto a Xangô. Nessas “REFLEXÕES” feitas nos dias 20 e 21 de Fevereiro de 1912, os cultos a Xangô são nomeados como “simplórios processos de porca magia” e que agora, com a saída a miúdo do Sr. Euclides Malta do Estado, os seus “feiticeiros tinham perdido o prestígio”. Nelas se encontra a alusão a uma tirania que reinava e escravizava o povo alagoano, e que uma das causas do seu poder era justamente “a negra tirania de Xangô” que atormentava, tanto quanto os desmandos do governador, com os seus tambores e seus batuques. Era a limpeza étnica e cultural se realizando de fato, como forma mais latente da contradição de uma sociedade heterogênea em sua gênese.

Quando da fuga do Sr. Euclides, se dizia que, enfim “(...) partiram todos os malles que nos affligiam e torturavam...”. E deste modo se representou o caráter muito próprio das sociedades cristãs e sua relação com o mal e suas personificações. Explicamos: nas mensagens das quais foi retirado o trecho acima, de 24 de Fevereiro de 1912, do “Jornal de Alagoas”, cremos que são evidentes duas relações óbvias do povo alagoano com os poderes instituídos, tanto os seculares quanto os regulares. Quanto ao poder secular, fica clara a dependência e a relação do destino das pessoas com a índole dos governantes. É como se no imaginário popular reinasse o pensamento de que algo só daria certo por causa do bom caráter, do espírito de benevolência e das práticas bem sucedidas de um individuo apenas! É o Messianismo Político, emoldurado como à espera permanente de que as coisas dêem certo a partir de atitudes de um Messias. Contudo, o Messianismo Político se configura de forma contraditória. Isso por que, ao passo em que o caráter messiânico do líder se efetua beneficentemente à população tudo estará nos eixos dessa racionalidade. Mas, ao passo em que, as suas decisões não passem a dar frutos e a situação passe a piorar, o discurso se volta contra esse Messias. Cremos que, podemos sem ferir a Lógica Formal, realizar uma analogia

do princípio de Messianismo Político com as relações que as pessoas normalmente fazem do maligno e de suas personificações (e, claro, as considerações que se seguem necessitam de um maior aprofundamento, mas nos arriscamos a expô-las).

Uma marca muito acentuada dessas “REFLEXÕES” do “Jornal de Alagoas” em 1912 é que o caráter maligno estaria personificado na pessoa do Sr. Euclides Malta e o seu prócere dos ritos a Xangô. Portanto, todo o mal que viria cair sobre a população alagoana possuía, agora, sua válvula de escape, seu bode expiatório. Como no Messianismo Político, a origem das dificuldades e das tragédias é refletida em uma figura especial e necessariamente identificada. E coloquemos muito claro que, para as práticas religiosas cristãs, esse tipo de denominação da alteridade conjugada à maldade é fundamental à existência do próprio Cristianismo. Não refugamos em afirmar que, sem muitas dificuldades, encontramos alguém que diz que sua própria vida não dá certo devido a trabalhos realizados por macumbeiros. Ou outros dizendo que desejou a mulher do próximo não por vontade própria, mas por que foi tentado pelo Diabo. Garantir a identidade da origem dos males é garantir a irresponsabilidade sobre a própria culpa, no sentido em que estamos colocando. Naquela ocasião, a apatia da população alagoana, a má índole dos políticos representantes de oligarquias seculares, a situação externa que desvalorizava mais e mais o preço do açúcar, etc., convergiam para que o Estado permanecesse em crise por mais de uma década. Contudo, a responsabilidade deveria recair sobre alguém, ou sobre um determinado grupo. Nesse sentido, a seqüência de interdependência Crise – Euclides Malta – Xangô era oportuna para o movimento oposicionista que se generalizou e se efetivou de forma violenta.

No noticiário do dia 4 de Fevereiro de 1912, no “Jornal de Alagoas”, o fato mais enfático desse processo, encontra-se na notícia da noite do “Quebra”. De todas as notas, essa é a mais incisiva e ferina, onde a relação da seqüência de interdependência que mencionamos anteriormente – Crise – Euclides Malta – Xangô é externada em todas as suas possibilidades. Sua manchete é bastante incisiva:

“BRUXARIA – Xangô em acção – A oligarchia e o “Ogum” – O Povo invade os covis – Documentos preciosos – Um bode sacrificado – Exposição de ídolos e bugingangas.” (Jornal de Alagoas, 04 de Fevereiro de 1912)..

Na mensagem fica muito clara a intenção de relacionar o processo de manutenção do poder secular de Euclides com elementos exóticos, para o movimento de oposição próprios dos cultos de Xangô. Termos e informações como: “Bruxaria” (como manchete estampada em caixa alta na primeira página), “Exposição de ídolos e bugigangas” e principalmente “Um bode sacrificado” eram destacados sobremaneira. Tal costume (o de sacrificar animais), perante o Imaginário Cristão, sempre soou como prática animista, que na versão hebraica remontavam ao Antigo Testamento, tempo da Velha Aliança em que os cordeiros eram entregues ao holocausto e que a Nova Aliança – da vinda de Cristo já tinha posto por terra. Portanto, tal costume configurava como algo a ser reprovado e posto em cheque, a respeito de suas intenções e funcionalidades.

Uma outra passagem importante da nota publicada neste mesmo dia é que a própria oposição, propagadora da violência praticada pela Liga dos Republicanos Combatentes aos terreiros em Maceió, anuncia que para falar a verdade, parte desta violência contra os terreiros

foi o próprio Euclides, que quando saíra fugido do estado “ordenára [sic] maior força na pilha da bruxaria”. A ligação entre a Política Euclidiana, as casas de Xangô e o Demônio, cerne mais específico do nosso trabalho, é externada por termos como “antros endemoniados” e como se não bastasse, era conveniente, e mais eficaz seria o seu objetivo, relacionar as ditas casas como lugares de ameaça para a estabilidade social. Como dissemos antes e comprovamos com as nossas notas, as Casas de Xangô eram vistas como “focos de indolência e prostituição”.

Para a efetivação das práticas de exorcismo, o jornal oposicionista sempre se refere a atitudes dos populares. Tática conveniente aos seus propósitos que, no discurso, pousa como a instância que observara a justiça sendo feita pelo gosto e desejo popular. Inclusive, é salientada a responsabilidade popular com muita propriedade, “O povo quiz isto fazer, e fel-o”. Para o momento do saque, que o “Jornal de Alagoas” publicou como sendo de responsabilidade popular, o texto praticamente fala por si:

“Era uma pequena sala, cheia de pinturas grosseiras, de hyeroglyphos de ídolos, de adufos, bancos immundos e porcarias, onde o suor dos negros, coagulado pelo pó em constante suspensão impregnava a acanhada atmospherá, envenenando os assistentes; e foi isso, que antehontem se acabou pelas mãos de quase duas mil pessoas, entre sorrisos e gargalhadas.” (Jornal de Alagoas, 04 de Fevereiro de 1912).

As notícias complementares revelavam que existiria um plano, na dimensão irreconhecível da Bruxaria, para tratar da morte do Coronel Clodoaldo da Fonseca e do Sr. Fernandes Lima, os maiores opositores da Oligarquia vigente, e prova disso é que teriam sido encontrados alguns bonecos que tinha a forma desses indivíduos e que perto deles “ardiam velas” para que o trabalho fosse realizado, ainda segundo a notícia, existia uma foto do Coronel Clodoaldo por debaixo das vestes do Leba, para que seu futuro assim estivesse trancado e amarrado ao pescoço de um bode preto que seria sacrificado, enterrado na praia. O “povo” (as aspas são nossas) teria sido ajudado por algumas guarnições policiais, que após terem quebrado literalmente tudo, ainda mandaram prender os pais-de-santo mais famosos da cidade.

O ponto fundamental do discurso que se desencadeou naquela ocasião aos cultos de Shangô, como esse tipo de religiosidade foi chamado por Roger Bastide (Bastide, 1973, p. 363), era promover o desmantelamento da Oligarquia Malta, principalmente perante a opinião pública. Nesse sentido cremos que as matérias dos jornais oposicionistas da época, principalmente o “Jornal de Alagoas”, são oportunas para que possamos colher esse tipo de discurso. Existiam fundamentalmente três tipos de associações elementares e constitutivas da lógica desses argumentos. A primeira era conceber uma culpabilidade pelos atrasos e pela miséria pela qual passava o Estado, diretamente associada aos desmandos da Oligarquia Malta. Segundo, tornou-se necessário tecer a relação do Sr. Euclides Malta com os cultos a Xangô. Terceiro, era preciso manipular as obviedades do Imaginário Cristão Católico a respeito do Xangô que, certamente, já existiam no linguajar popularesco à identificação com o mal. Nesse sentido o mosaico se fechava e a associação era construída. Essa ligação é explicitada, por exemplo, pela nota seguinte:

“Tio Salú – retrato de celebre feiticeiro que “opera” como chefe, na Bahia, Alagoas e Pernambuco na ocasião que explicava ao dr. Euclides Malta, seu fervoroso devoto, os mysterios do “Xangô””. (Jornal de Alagoas, 13 de Fevereiro de 1912).

A raiz do problema, então, não era apenas a figura do governador simplesmente, mas também o elemento fundador dos males, ou seja, a bruxaria vinda das práticas Xangô. O caráter desse problema era imprevisível, o que certamente acarretava mais ansiedade e medo das pessoas. Por exemplo, no Jornal de Alagoas de 13 de Fevereiro de 1912, estampava-se uma nota que dizia: “Os mysterios de “Xangô””. O mal era representado como algo palpável, ou seja, reconhecido em figuras concretas (nesta ocasião, Tio Salú), mas, ao mesmo tempo, era considerado como um mistério. Em suma, os grupos ou os indivíduos responsáveis pela disseminação do mal eram figurados e mostrados, mas para que houvesse mais inquietação – e revolta contra essas figuras – a forma daquele mal que viria deles era infundável, irreconhecível, inesperada.

Em nossa colocação é uma das questões mais importantes a observar: em quais momentos, a perseguição contra os terreiros de Xangô em Maceió extrapolou questões políticas e acabou se configurando como uma real representação de uma Modernidade tardia que pretendia se impor ideologicamente? Nesse sentido, era necessário fundamentar falas que radicalizasse a visão já distorcida das pessoas e conseguisse realizar associações entre esses cultos e elementos de uma selvageria e barbárie que, para elas, eram provenientes da própria África. Em nota tirada do “Jornal de Alagoas” de 13 de Fevereiro de 1912, observamos elementos bastante próprios destas associações.

“XANGÔ” EM PHOTOGRAPHIA – A “Liga dos Republicanos Combatentes” ofereceu hontem ao JORNAL DE ALAGOAS uma photographia de parte de dois idolos e alfaias de que se utilizavam os minas dos miliciados nesta capital, para atormentar, com batuques e cantorias, os habitantes da cidade. Nesta photographia vê-se também um retrato do dr. Euciides Vieira Malta, encontrado entre as feitiçarias da Tia Marcelina.

“A photographia a que nos referimos esta exposta no Jornal.” (Jornal de Alagoas, 13 de Fevereiro de 1912).

3. CONCLUSÃO

Neste nosso artigo buscamos, primeiramente, indagar sobre a forma pela qual foi processualizada toda a violência praticada contra os terreiros de Xangô de Maceió. Isso porque, tanto nas falácias jornalísticas, quanto na efetivação prática desse processo no dia 2 de Fevereiro de 1912, o resultado final das agressões tinha uma objetividade implícita, que, no nosso entendimento, possuiu um efeito ideológico muito próprio. Era necessário expor os despojos da “guerra santa” (as aspas são nossas). Demonstrar, portanto, que a vitória sobre a bruxaria e o satanismo foi efetuada, e reafirmada a inferioridade daquela cultura e a supremacia dos valores da civilização sobre a religião animista. Era necessário, portanto, expor “Xangô” em “photographia” e, nesse sentido, cremos que os termos são próprios para ratificar a idéia anunciada. O momento que comprova isso se realiza quando, na tarde do dia 3 de

Fevereiro, dois homens levam os expostos de mais de trinta quebras de terreiros para a redação do Jornal de Alagoas. Um dos despojos destacado, e virilmente conclamado é justamente o de Leba, “o espírito do mal”, que juntamente com o de Ogum-Taiô e de Baluaiê foram habilmente arrastados por toda a cidade para que todos vissem. Finalmente todos os despojos ficaram em exposição justamente na sede da Liga dos Republicanos Combatentes. Outro ponto importante era ratificar, e em muitos momentos insistir, em elementos que, de certa forma, eram pré-requisitos da religiosidade que estava sendo exorcizada e associá-los a outras formas de vida impróprias à civilidade. Os cultos de Xangô se utilizavam das batidas nos tambores assim como de cantorias, mas o texto refere-se ao incômodo que isso provocava, o tormento que representava esse tipo de prática irremediavelmente associada ao modo de vida próprio da vagabundagem, da prostituição, etc.

As notícias são representativas não só porque expõem a alteridade numa posição de inferioridade, mas também colaboram para que sejam naturalizadas as atitudes exorcistas. Um dos elementos que mais nos chamou a atenção e motivou a produção deste estudo foi justamente a contradição que parece surgir como inerente a uma sociedade dita como republicana, que se esboçava como moderna, mas que tratava de forma violenta um traço cultural que já existia em seu cerne – o Candomblé. Ou seja, era a atitude de se naturalizar a violência e respaldá-la em nome de um processo civilizatório que contrariava a configuração secular desta mesma sociedade, que era mestiça, não só na cor, mas também nos costumes.

Notas de rodapé

* Pós-Graduando do Programa de Mestrado em Sociologia da Universidade Federal de Alagoas.

E-mail: danielmarinhohist@yahoo.com.br

¹ Um ponto importante, e que é considerado fundamental para os estudos dos Campos Ideológicos, é justamente percebê-los não apenas como uma instância autônoma, que se reproduz ou se indica. Nem muito menos observá-lo como mais uma das instâncias determinadas pelas necessidades materiais, pura e simplesmente. Portanto, cremos que dentro dessa perspectiva, a Análise da Sociologia Compreensiva torna-se fundamental, através da idéia de “co-determinância”. Essa é a que diz respeito aos valores e “eventos complexos” que formam a dinâmica social e o “significado cultural”. Ao invés de tratar da realidade econômica, apenas como materialmente fundante, ele admite também a existência de outros fatores que são “economicamente condicionados” ou “economicamente relevantes”... Weber fala da co-determinância do gosto artístico de determinada época ou acontecimentos da vida religiosa. Isso seria para ele “a totalidade dos processos culturais”. Tratar de algum aspecto cultural apenas em seu sentido material teria, para ele, um sentido vago, limitado e principalmente, “parcial”. Abranger a perspectiva do estudo sociológico além do “materialismo” é fazer nascer uma “nova “ciência””. Contudo, isso não quer dizer que o estudo da cultura, através de elementos “materialistas” não tenha sido, e ainda o seja, momento importante da análise da dinâmica da sociedade, principalmente quando este está desatrelado de “coibições dogmáticas” (Weber, 1992, p. 399-429).

² A propósito de qualquer questão, grande parte da produção historiografia sobre a cidade de Maceió, retrata-a com certo apreço demasiado. Um discurso apologético que, em todo caso, desfigura uma possibilidade real de discussão sobre a formação histórica da cidade. Contudo, cremos que parte dessa historiografia que tem como principais representantes: Félix Lima Júnior, Craveiro Costa e Manuel Diégues Júnior têm seu real valor pelas informações e dados empíricos, como estatísticas e documentos vários. A consulta destas obras é relevante porque grande parte dessa documentação se encontra ou em estado deficitário, ou já não mais existe.

³ E começa: as estátuas de Marechal Deodoro e do Visconde de Sinimbu, a conclusão do Teatro Deodoro (que o Governador do Estado naquele momento, Euclides Malta, apresentava como “uma forma de alcançar elevado grau de civilização”). Outras obras importantes são o calçamento da Avenida do Livramento, a construção de pontes sobre vários rios do Norte do Estado e da capital para facilitar o trânsito, entre elas a ponte de embarque de Jaraguá, as reformas nas Igrejas do Livramento e do Bom Parto, bem como as realizadas no Cemitério Público e no Hospital de Isolamento, a compra de prédio para o funcionamento do Senado Estadual e também de outro para o IHGAL (Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas), a construção do prédio do Tribunal de Justiça do Estado, e o funcionamento, já

desde agosto de 1909, do Banco do Estado de Alagoas. Todas as obras foram terminadas no período de 1911, isso porque, pela primeira vez em muitos anos, as safras tradicionais do estado, onde a cana-de-açúcar era a principal, arrecadaram mais do que se presumia (FALAS PROVINCIAIS, nº. X, Alagoas, 1911).

⁴ Como dissemos, as Falas Provinciais são instrumentos fundamentais para se analisar o processo da crise econômica que abalou as estruturas do Estado de Alagoas durante as primeiras décadas do século XX. As falas evidenciam que a crise financeira era geral, e que afetava a agricultura, o comércio e a indústria. Falta de capitais, baixos preços dos produtos (principalmente o açúcar e o algodão) são as principais causas apontadas. O dinheiro que provinha não cobria as despesas com o fabrico do açúcar. A única saída apontada era a criação de um Banco Agrícola, que já tinha sido autorizado pela Lei nº. 221, de 9 de Junho de 1898, mas que não foi concretizada por falta de recursos. Ao final, o bacharel – Euclides Malta evidencia que não consegue encontrar saída em curto prazo para tal situação (FALAS PROVINCIAIS, Alagoas, Nº. X, 1901.).

⁵ Varnhagen, Francisco Adolfo de. História Geral do Brasil, 1854.

⁶ O termo Secularização já possuiu vários significados: a perda de territórios por parte da igreja em guerras, o retorno de um religioso ao mundo... Parece ser um movimento de afastamento da própria religiosidade, que ao mesmo tempo, não lhe escapa totalmente. Para Peter Berger, a Secularização é estágio próprio da religiosidade, principalmente na Modernidade. Se re-significar perenemente, mesmo que, para isso seja necessário negar determinados valores (e fazer isso imperceptivelmente) ao mesmo tempo em que se incorporam outros. É o caso específico da relação da religiosidade com a Lógica do Capital; então, a religião, pela necessidade de manter-se enquanto tal, produz relações que corporificam o sistema de mercado. Tudo isso se utilizando da arma mais apelativa: o discurso da Tradição, que é constantemente inventada e re-inventada. Então, ao contrário do que possa parecer, não existe o sentido de imutabilidade na religião, e sim que essa se modifica dentro das próprias contradições. Para Berger, o próprio Cristianismo nasce como uma religião secularizada, primeiramente por que ela nega as produções mágicas e éticas próprias do paganismo romano (Berger, 1985, p. 117 e 118).

⁷ Contudo, tal perseguição deu origem a um tipo de culto extremamente singular a Alagoas, como se pode comprovar na tese de Doutorado do Profº. Ulisses Neves, “O Xangô Rezado Baixo: Um Estudo da Perseguição aos Terreiros de Alagoas em 1912”. Eventualmente, não pretendemos fazer nenhum tipo de recorte ou resumo desse trabalho, mas contrapô-lo em uma questão que não foi um ponto de investigação de sua pesquisa. Em sua tese, Neves torna-se bastante enfático ao salientar que o ponto central de sua investigação foi justamente o jogo político de oposição a Euclides Malta. A impressão dada ao leitor desse estudo é que o seu autor produz a idéia de que antes do evento de 1912, existia uma ainda conturbada liberdade mascarada de culto e que o caráter político deste episódio desviaria esse caminho já conturbado, abrindo então espaço à perseguição. Nossa perspectiva diferencia-se justamente por considerar, como assim fez o Profº. Neves, a conjuntura daquele momento, mas tendo como ênfase as questões ideológicas, representadas nos discursos jornalísticos, que co-promoveram a efetivação dos “Quebras” aos terreiros em Maceió naquele período.

⁸ Nesse ponto, consideramos que a discussão entre o que seria uma religiosidade popular e uma outra oficial é delicada. Isso porque temos em princípio que admitir que em muitas situações essas instâncias se misturam, tornando imperceptível o que provém do oficial e o que provém do popular. Ou seja, trata-se de uma discussão tênue, principalmente porque não estaríamos tratando de universos homogêneos e fixos, muito pelo contrário. Nem a própria religiosidade oficial nos parece ser tão fixa e homogênea assim.

⁹ Em decorrência de um encontro, ocorrido na madrugada de 02 de Maio de 1906, aconteceu o confronto “à bala”, entre o comandante do Batalhão policial – Coronel Salustiano Sarmiento (favorável a Euclides Malta) e o Bacharel Miguel Omena (forte opositor do governador) e do qual o primeiro, defensor da ordem pública, sairia ferido. Tal bacharel, no entanto, foi o grande inspirador para a fundação da associação intitulada em sua homenagem: “Liga dos Republicanos Combatentes em homenagem a Miguel Omena”. A partir de então, a oposição a Oligarquia Maltina se acirrava.

¹⁰ Abelardo Duarte foi, juntamente com o famoso folclorista alagoano Theo Brandão, o responsável pelo salvamento do acervo de peças que, desde então, passou a ser denominado Coleção Perseverança. É esta uma coleção raríssima de peças dos antigos Xangôs da cidade de Maceió que sofreram saque na noite do dia 2 de Fevereiro de 1912. Estas foram salvas por Abelardo e Brandão quando estes souberam que as mesmas estariam sendo ambicionadas por colecionadores estrangeiros que coletaram referências sobre elas nas obras de Gilberto Freyre, isto já em 1950. Atualmente, a Coleção Perseverança pertence e encontra-se permanentemente exposta no Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (Duarte, 1974, p. 13).

¹¹ Além disso, naquele ano, as festividades do Carnaval coincidiam com uma das festas mais tradicionais dos terreiros de Maceió, que era a festa de Oxum que naquela época era comemorada nos dias da Imaculada Conceição, entre 23 de Janeiro e 2 de Fevereiro. A festa se dava no terreiro de Chico Foguinho e de Tia Marcelina. O terreiro deste ficava também na Rua do Sopapo e seus irmãos eram assíduos frequentadores do Palácio dos Martírios: Cesário Thompsom, Chico de Teça e Japyassu. Os mesmos conseguiram convidar o próprio governador para a inauguração do terreiro, onde este foi

aclamado representante máximo na terra do Deus Leba, o papa do Xangô alagoano (Rafael, 2004, p. 105).

¹² Em seu “Religiões Africanas no Brasil”, Roger Bastide apresenta um quadro com as principais associações feitas entre os Santos Católicos e os Orixás em todo o Brasil. Neste, é que colhemos a informação mais cabal que, naquele momento, a figura de Exu-Legba era associada à do Diabo aqui em Alagoas (Bastide, 1971, p. 364).

Referências bibliográficas

BASTIDE, Roger, **As religiões africanas no Brasil**. São Paulo: Pioneira/EDUSP. 1971.

BASTIDE, Roger, **Estudos Afro-brasileiros**. São Paulo Perspectiva, 1973.

BERGER, Peter Ludwig. **O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião/ Peter L. Berger**; [organização Luiz Roberto Benedetti; tradução José Carlos Barcellos]. São Paulo: Paulus, 1985. (coleção Sociologia e Religião; 2).

COSTA, Craveiro. Maceió. Secretária de Educação e Cultura (Departamento de Assuntos Culturais). 2ª. Ed. Maceió, SERGASA, 1981.

DUARTE, Abelardo. **Catálogo Ilustrado da Coleção Perseverança**. Abelardo Duarte Secretário Perpétuo - Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas – Museu - Departamento de Assuntos Culturais – SENEC – Maceió – 1974.

WEBER, Max. 1992. “Conceitos Sociológicos Fundamentais”, in **Metodologia das Ciências Sociais**. Parte 2. São Paulo: ed. Cortez. Págs. 399-429.

PRITCHARD, Evans. **Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande/E.E.Evans Pritchard**; edição resumida e introdução, Eva Gillies; tradução Eduardo Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005. (Coleção Antropologia Social).

RAFAEL, Ulisses Neves. **Xangô Rezado baixo: Um estudo da perseguição aos terreiros de Alagoas em 1912/ Ulisses Neves Rafael**. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2004.

VARNHAGEM, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**, 1854.

DOCUMENTOS PRIMÁRIOS E JORNAIS:

FALAS PROVINCIAIS – Nº. X, ALAGOAS (ESTADO) PRESIDENTE (EUCLIDES VIEIRA MALTA) MENSAGEM... 15 DE ABRIL DE 1901.

FALAS PROVINCIAIS – Nº. X, ALAGOAS (ESTADO) PRESIDENTE (EUCLIDES VIEIRA MALTA) MENSAGEM... 02 DE MAIO DE 1911.

APA – Arquivo Público de Alagoas. “A Tribuna”, Maceió, 07 de Julho de 1911 e 22 de Dezembro de 1911.

APA – Arquivo Público de Alagoas. “Jornal de Alagoas”, Maceió, 04, 13, 15, 20 e 24 de Fevereiro de 1912.

Anexos:

**«XANGÔ» EM
PHOTOGRAFIA**
A «Liga dos Republicanos Combatentes» offerece hontem ao Jornal de Alagoas uma photographia de parte dos ídolos e alfaias de que se utilizavam os micas domiciliados nesta capital para atormentar, com batuques e cantorias, os habitantes da cidade. Nesta photographia vê-se tambem um retrato do dr. Euclides Vieira Malta, encontrado entre as feitiçarias da tia Marcelina.
A photographia a que nos referimos está exposta no Jornal.

POR NOSSA PORTA
O primeiro grupo que passou em frente ás nossas officinas foi uma critica ao «xangô.»
Eram cerca de 4 horas da tarde, chovia amudadamente.
Precedido do infernal «bataques» analogo, traxa o endisbrado grupo um arsenal de «santos» e «bugingangas», abraçados todos «Oghum taió», «tia», «Macuca», «Deba» e muitos outros proceres do fanatismo.
Grande massa popular acompanha o chistoso grupo; que com muito espirito «bibia» se pelas ruas em danças macabras. Magníficos!

REFLEXÕES
Com a queda frangorosa do sr. Euclides Malta, de tres tyrannias libertara-se a collectividade alagoana. Ruira a parda tyrannia oligarchica; ruira a negra tyrannia do xangô; ruira a obscena tyrannia do inspector do Thezouro...



BRUXARIA
Uma sessão de feitiçaria.—A musica e cantigas dos «filhos de santo».— A câmara dos mysterios — Xangô em confusão — Notas e informações.

O Changô mandou nos avisar que sairá na terça-feira com «oghum taió» na frente. — Euclides em corpo e alma fazendo medo a carranca do estrudo!
Evvêê! Vamos ver se os seus «gedanhos» ainda se caíram para o resto do anno pascal!
Euclides dos telegrammas
Rei do Congo, rei do mal!
Se tu não chorar, não mamay,
Euclides dos telegrammas!
Accende do inferno as chammaas
Vozengo do Carnaval!
Euclides dos telegrammas
Rei do Congo, rei do mal!

4 de Fevereiro de 1912

BRUXARIA
Xangô em acção.—A oligarchia e o «oghum»
O povo invade os covis.—Documentos preciosos.—Um bode sacrificado.—Exposição de ídolos e bugingangas.